

ATIVIDADES DE PESQUISA

O C.R.P.E. desenvolve de dois modos seu programa neste setor: realizando pesquisas através de suas Divisões de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais e financiando o trabalho de especialistas estranhos ao seu quadro.

Para obter o financiamento de uma pesquisa, o interessado deve apresentar o respectivo projeto para ser julgado pelo Conselho de Administração do C.R.P.E. Os projetos recebidos até 31 de maio serão objeto de consideração no mês de junho e os que derem entrada até 30 de novembro, no de dezembro. Visando a padronização possível, que permita alcançar maior objetividade no julgamento desses projetos, elaboraram-se as sugestões para sua apresentação, publicadas (à página 137).

O C.R.P.E. antes de iniciar suas atividades de pesquisa, procedeu a um levantamento dos problemas educacionais através de contactos com autoridades e administradores escolares, professores deste e de outros Estados e do Distrito Federal. Definidos esses problemas, passou-se a projetar as pesquisas que pudessem, de modo mais imediato e objetivo, dar uma visão dos aspectos positivos e das deficiências das instituições escolares.

Com essa orientação foram preparados os projetos de quatro pesquisas, das quais duas terão caráter de levantamento e deverão incidir sobre alguns dos aspectos mais gerais da escola primária e da normal e, por isso, impõem um trabalho conjunto das duas Divisões, exigindo a colaboração de especialistas nos diferentes ramos das ciências humanas, embora, na distribuição de tarefas estejam adstritas à de Estudos e Pesquisas Sociais. As demais, uma no campo da psicologia e outra no da pedagogia, serão realizadas pela Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais.

LEVANTAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A. A situação problema

1. Apresentação:

De acôrdo com as deliberações tomadas na reunião de 1.º de outubro de 1956 do Conselho Administrativo, a equipe dêste Centro vem realizando os trabalhos preliminares para a execução de um levantamento das condições do ensino primário no Estado de São Paulo. Êsses trabalhos acham-se na fase de elaboração dos questionários para coleta dos dados.

Tendo de realizar o levantamento — conforme, ainda as deliberações do Conselho de Administração — por iniciativa própria, e sem poder contar com a colaboração oficial da Secretaria da Educação, uma vez que foi rejeitada a proposta de realização do Convênio entre as duas entidades, o C.R.P.E., por intermédio de sua equipe, passou a cuidar das possibilidades de impressão, distribuição e tabulação dos questionários. A fim de realizar essa fase dos trabalhos com o menor gasto possível, o C.R.P.E. entrou em entendimento com o Departamento de Estatística, que realiza, atualmente, reuniões destinadas a estudar a possibilidade de centralizar os serviços de distribuição de questionários sôbre o Ensino, e que poderia encarregar-se de fazê-lo gratuitamente para êste Centro.

Na reunião que se realizou dia 18 de outubro de 1956 no Departamento de Estatística, com a presença de representantes da Secretaria da Educação e do C.R.P.E., foi apresentada pelo Diretor da Divisão de Estudos Sociais do C.R.P.E., a relação de dados de interêsse para o Centro. Os representantes da Secretaria da Educação alegaram que nessa repartição existem todos os dados pedidos e, portanto, o Departamento de Estatística não deveria comprometer-se a imprimir e distri-

buir novos questionários, por considerarem êsse trabalho desnecessário e dispendioso.

Na impossibilidade do C.R.P.E. realizar, por conta própria, um levantamento por recenseamento e em todo o Estado, resolveu-se fazê-lo por amostragem e restringí-lo na fase inicial, às escolas abrangidas pelas cinco delegacias de ensino da Capital.

2. Problema: Análise de alguns aspectos do ensino primário.

Êste levantamento abrange uma série de problemas que podem sugerir pesquisas, as mais variadas. O seu objetivo mais amplo é determinar os aspectos positivos e as deficiências da escola. Os problemas específicos que surgirem durante o levantamento, pedindo investigação, poderão ser estudados paralelamente, dentro das possibilidades do Centro. Nos limites de um estudo como êste, só poderão ser abordados aquêles aspectos mais gerais, que se destacam dentro do sistema. Êste levantamento abrangerá os seguintes aspectos da **organização do sistema escolar**:

- I. Condições materiais da escola: prédios e instalações.
- II. Número de professôres em exercício.
- III. Situação funcional e profissional do professor.
- IV. Condições didáticas.
- V. Condições de alimentação e saúde dos alunos.
- VI. Instituições auxiliares da escola.
- VII. Frequência e aproveitamento escolar.
- VIII. Procura e matrícula escolar.
- IX. Receita e despesa escolar.

3. Dados a serem coligidos:

A coleta dos dados será feita em dois estágios. No primeiro serão enviados questionários a 20% das escolas; êste estágio terá, além da finalidade de constituir a primeira parte do levantamento, a de verificar a fidedignidade dos dados

por ventura existentes do Departamento de Estatística e na Secretaria da Educação; o segundo apresenta duas alternativas: a) se no primeiro for comprovada a fidedignidade dos dados existentes nas repartições citadas, o levantamento será completado através da coleta desses dados, nessas repartições; b) se no primeiro não for comprovada a fidedignidade desses dados, o levantamento será completado pela remessa de questionários às escolas restantes. De qualquer forma, no entanto, através dos questionários enviados a 20% das escolas se poderá analisar uma série de problemas, pois essas escolas constituirão uma amostra que permitirá generalizar para as demais do município.

Os dados serão coligidos através de dois questionários destinados, um a diretores de escolas e outro a professores regentes de classe.

A distribuição e conferências das respostas dadas a esses questionários será feita por pesquisadores especialmente contratados.

Esses questionários, que já estão codificados, serão perfurados em cartão Hollerith e tabulados mecânicamente.

B. Duração e pessoal

1. Duração:

A fase de planejamento deverá estar concluída até 1.º de março de 1957 para que, nesse mês, seja realizada a coleta de dados. Em abril deverá ser feita a tabulação para, a partir de maio, serem publicados os resultados.

2. Pessoal:

Este projeto será executado pelo pessoal contratado pelo C.R.P.E. Na fase da coleta, porém, serão necessários coletores de dados que deverão ser recrutados entre os alunos da Faculdade de Filosofia. No entanto, como se trata de um levantamento que implica apenas na distribuição e conferência de questionários simples, não haverá necessidade de treinamento especial para esses coletores.

LEVANTAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO

Execução do levantamento

I. Antecedentes.

O Levantamento do Ensino Primário, LEP, destina-se a fornecer uma visão global de algumas condições gerais do ensino primário no Estado de São Paulo, da qual se possa partir para a elaboração de hipóteses para futuras pesquisas específicas no campo educacional. No momento em que êste relatório é elaborado (maio de 1957) o LEP encontra-se ainda em fase de planejamento.

Já foi publicado, em outro local dêste boletim, o projeto do Levantamento do Ensino Primário. De acôrdo com o projeto, a análise dos resultados das investigações sôbre os problemas abrangidos pelo tema do LEP terá quatro funções: a) — constituir um dos têrmos da comparação que deverá ser feita com os dados oficiais sôbre o ensino para que se comprove a fidedignidade destes; b) — fornecer uma visão global de algumas condições do ensino primário; c) — sugerir a elaboração de hipóteses para pesquisas específicas posteriores; d) — permitir o estabelecimento de critério de estratificação de escolas e professôres para quando se tornar necessária a seleção de amostras para a realização de pesquisas específicas posteriores.

Assim determinados os objetivos do LEP, procurou o C.R. P.E. elaborar um instrumento para a coleta dos dados que pudessem lhe fornecer as informações necessárias para a análise de cada um dos nove problemas que constituem o tema do levantamento, referido no respectivo projeto. Foi escolhido o questionário como instrumento melhor. De uma forma unificada inicial, o questionário desdobrou-se, no decorrer do planejamento, em duas formas: o Questionário do Levanta-

mento do Ensino Primário, com perguntas referentes à escola, para ser preenchido por diretores de escola (QLP 1) e o Questionário de Levantamento do Ensino Primário com perguntas referentes ao professor, para ser preenchido pelos professores (QLP 2).

Dentro do programa que se traçara — e do qual há indicações no projeto — o C.P.R.E. decidiu limitar às escolas (Grupos Escolares, com e sem classes de emergência; Cursos Primários — Fundamental Comum — das escolas particulares; e Escolas Isoladas), e professores das cinco primeiras Delegacias de Ensino em que se divide o Estado de São Paulo, a primeira aplicação dos questionários, destinada a preencher a primeira função do Levantamento: **constituir um dos termos da comparação que deverá ser feita com os dados oficiais sobre o ensino a fim de que se meça a fidedignidade destes.** A extensão do LEP às escolas e aos professores compreendidos pelas demais Delegacias de Ensino dependerá dos resultados da análise dessa primeira aplicação, que será realizada sobre uma amostra de 20%.

II. Andamento.

Em dezembro de 1956 foi terminada a primeira redação das duas formas do questionário (QLP 1 e QLP 2). A fim de verificar a compreensão das questões e a possibilidade de as mesmas serem respondidas por professores e diretores, o C.R.P.E. testou os questionários, aplicando-os em dez escolas da Capital, escolhidas, intencionalmente, de maneira a abranger alguns tipos das escolas sobre as quais se deseja fazer o levantamento. Em janeiro e fevereiro, os questionários assim respondidos foram analisados, tendo sido tabuladas as respostas a algumas de suas questões. Essa análise mostrou que certos itens dos questionários não poderiam ser respondidos, quer por professores, quer por diretores, por não disporem estes de meios de obter os dados exigidos; mostrou, ainda, que outros itens deveriam ser modificados, de maneira a serem melhor compreendidos pelos que deveriam respondê-los. Assim, em

março, iniciou-se a reelaboração dos questionários, desta vez tresdobrados: QLP 1 (para ser preenchido por diretores de escolas); QLP 2 E (para ser preenchido por professores estaduais); QLP 2 P (para ser preenchido por professores de escolas particulares).

Paralelamente, o desenvolvimento dos quadros do C.R. P.E. permitiu a constituição de uma equipe encarregada apenas do LEP, a qual, por sua vez, tornou possível a execução simultânea de diferentes fases do levantamento.

Assim é que, em abril, enquanto uma parte da equipe terminava a redação dos itens, outra iniciava o arrolamento das escolas, nas Delegacias de Ensino, a fim de permitir um segundo teste dos QLP, a ser feito, desta vez, por aplicação dos questionários em amostra representativa das escolas de uma das cinco primeiras Delegacias de Ensino. Para a aplicação do segundo teste, foi escolhida a Segunda Delegacia de Ensino.

Na Segunda Delegacia de Ensino, foram arrolados Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Escolas Particulares. E, enquanto se iniciava o arrolamento das escolas das demais Delegacias, para a aplicação posterior do questionário numa amostra representativa de todas as escolas da Capital, a equipe do LEP iniciou a discussão para o estabelecimento de um critério de amostragem destinado a servir ao segundo teste.

Depois de tentado o estabelecimento de vários critérios, e localizados os Grupos Escolares num mapa da cidade, resolveu-se adotar, para os Grupos Escolares, a **categoria**, como critério de estratificação de escolas para a seleção da amostra.

Essa decisão, adotada numa reunião da equipe do LEP realizada no dia 25 de abril de 1957, mereceu a seguinte justificção: para o objetivo primeiro do LEP — verificação da fidedignidade dos dados oficiais existentes — importa mais a eventual complexidade de cada escola do que sua distribuição geográfica. A **categoria**, indicando o número de classes e, portanto, o tamanho da escola, pode melhor dar a medida dessa complexidade.

No mesmo sentido, pensou-se, também, na possibilidade de usar a existência ou não das **classes de emergência** como

critério para estratificação, uma vez que essa variável pode influir na complexidade da escola e, portanto, tanto quanto a **categoria**, influir na probabilidade de erros dos dados enviados pela escola à Delegacia, onde o arrolamento é feito.

Ainda no mesmo sentido, desprezou-se o **estágio** (teoricamente, distância da escola à sede do Município ou ao meio de condução mais próximo) como critério para estratificação, uma vez que a localização dos Grupos Escolares num mapa da cidade mostrou que tal critério não diferencia suficientemente as escolas.

Estabelecido o critério para estratificação dos Grupos Escolares, passou-se a procurar um critério para estratificação das Escolas Isoladas. Estas, todavia, mostraram apresentar-se, na realidade, de forma tão diferente do que, para elas, a legislação preconiza, que se tornou necessária uma sondagem inicial das condições de funcionamento dessas escolas, que pudesse permitir o estabelecimento de um critério de estratificação. Alguns componentes da equipe realizaram, então, em maio, entrevistas com professores de Escolas Isoladas.

As primeiras entrevistas, embora ainda não tenham fornecido suficientes informações para o estabelecimento de um critério de amostragem, já mostraram ser necessária a redação de uma quarta forma de questionário, a qual contenha alguns itens do QLP 1 e alguns do QLP 2E, além de outros referentes especificamente a escolas isoladas.

O LEP encontra-se, assim, no seguinte ponto de execução: (13/5/57):

1. Estão arroladas as escolas das cinco Delegacias de Ensino.
2. Estabeleceu-se o critério para estratificação dos Grupos Escolares.
3. Realizam-se entrevistas com professores de Escolas Isoladas.
4. Está sendo elaborado o questionário para escolas isoladas.

Os próximos passos do LEP serão:

- I. Rever o arrolamento das escolas das Delegacias.
 - II. Aprovar a redação das quatro formas de questionário.
 - III. Selecionar a amostra das escolas da 2a. Delegacia.
 - IV. Imprimir as quatro formas de questionário.
 - V. Aplicar os questionários na amostra da 2a. Delegacia.
- E, mais futuramente:
- a. Analisar os questionários respondidos do segundo teste.
 - b. Aperfeiçoar a redação dos questionários.
 - c. Aplicar os questionários definitivos em amostra das cinco Delegacias.
 - d. Coligir os dados existentes no Departamento de Estatística.
 - e. Comparar os dados obtidos pelo C.R.P.E. com os do Departamento de Estatística e Secretaria da Educação.

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DO ENSINO NORMAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

A. A Situação Problema

1. Apresentação:

Esta pesquisa pretende corresponder à necessidade de conhecimento, preciso e objetivo, da situação em que se encontra o ensino normal.

As discussões que o atual projeto de reforma do ensino normal tem suscitado, a criação ininterrupta de novas escolas dêsse nível, as facilidades concedidas aos formados em escolas normais para ingressarem em escola superior, o elevado número de professores — cêrca de 8.000 — que aguardam oportunidade para ingresso no magistério primário oficial, o grande número — cêrca de 20.000 — dos que terminaram o curso normal e ainda não exerceram a profissão, o provável aumento de procura dêste tipo de escola — o que poderia indicar um desvirtuamento crescente de suas finalidades — a falta de informações a respeito da escola normal e, ainda, as relações íntimas do curso normal com o primário — constituem uma série de problemas que evidenciam a necessidade de conhecimento da situação do curso normal.

A pesquisa proposta, que terá caráter de levantamento, além de oferecer elementos informativos para a administração escolar planejar uma ação segura e eficiente, no sentido de sanar as falhas do ensino normal, revelará um conjunto de novos problemas (referentes a êsse tipo de escola) e coligirá os dados necessários à seleção de amostras para o estudo futuro dêsses problemas.

2. Problema: Análise de alguns aspectos do ensino normal.

O levantamento proporá uma série de problemas que podem sugerir pesquisas as mais variadas. Seu objetivo mais amplo é determinar as qualidades positivas e negativas da escola normal. Nos limites de um estudo como êste, só poderão ser abordados os aspectos mais gerais, que se destacam dentro da organização do ensino normal. Os problemas que serão objeto dêste levantamento, podem ser ordenados em quatro grupos:

I. Escola

1. Condições materiais da escola: prédios e instalações.
2. Condições pedagógicas: especialmente o problema da prática de ensino.
3. Frequência e aproveitamento escolar.
4. Procura, matrícula, conclusão e aproveitamento no magistério.
5. Receita e despesa escolar.

II. Corpo docente (*)

1. Número de professôres em exercício.
2. Situação funcional e profissional do professor.
Atitude em relação:
3. aos programas.
4. ao corpo discente.
5. à escola.

(*) . — Não serão objeto de estudo os aspectos abrangidos pelo Levantamento da Situação do Professor do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, ora em execução, sob patrocínio do Centro, pela profa. da. Maria José Garcia Werebe..

III. Corpo docente

Atitude em relação:

1. à escola.
2. ao corpo docente.
3. aos colegas.
4. ao exercício do magistério primário.
5. à família e sociedade.

IV. Família dos alunos

Atitude em relação:

1. à escola.
2. aos professores.
3. aos filhos.
4. a família e o futuro dos filhos.

3. Dados a coligir:

O levantamento utilizará o questionário como principal instrumento de coleta de dados.

Os dois primeiros grupos de problemas, devido ao número pequeno de casos, serão estudados em todo o universo. O terceiro grupo de problemas será estudado numa amostra extraída dos questionários que serão aplicados na situação de aula. O quarto grupo de problemas será estudado por meio da aplicação de questionários nas famílias dos alunos que figurem na amostra.

O levantamento será feito em duas fases: na primeira serão estudadas as escolas situadas na região abrangida pelas cinco delegacias de ensino primário com sede em São Paulo e, na segunda, as demais escolas do Estado. Esta divisão é feita para que haja correspondência entre este levantamento e o do Ensino Primário, já em execução.

Os aspectos concretos deste levantamento, que são abordados a seguir, referem-se à primeira fase.

A distribuição e a conferência dos questionários serão feitas por coletores de dados, especialmente contratados.

Êsses questionários serão prèviamente codificados para tabulação mecânica.

B. Duração e pessoal

1. Duração:

Os questionários deverão ser elaborados no transcurso dos meses de janeiro, fevereiro e março, para serem testados e revistos em abril e aplicados em maio e junho.

A tabulação deverá estar terminada em agosto. Em setembro, quando for iniciada a análise interpretativa destes dados, será organizada uma outra equipe para se estender a pesquisa a todo o Estado.

2. Pessoal:

Para a execução desta primeira fase do projeto será necessário o contrato de três assistentes e um auxiliar de pesquisa. Na fase de coleta, porém, será preciso contratar coletores de dados que poderão ser recrutados entre os alunos da Faculdade de Filosofia. No entanto, como se trata de um levantamento que implica apenas a distribuição e conferência de questionários simples, não haverá necessidade de treinamento longo dèsses coletores de dados.

LEVANTAMENTO DO ENSINO NORMAL

ANDAMENTO

1. Por dificuldades na organização da equipe o Levantamento só foi iniciado em fevereiro, com atraso de um mês em relação à data prevista no projeto.
2. Foram estudados a bibliografia, estatísticas e legislação sobre a Escola Normal.
3. Para determinar de modo mais preciso, os aspectos sobre os quais deveria incidir o Levantamento, foi preparado um roteiro para colher depoimentos de pessoas preocupadas com os problemas do ensino normal.
4. A análise desses depoimentos deu origem a um Inventário Preliminar dos aspectos que precisam ser considerados no Levantamento.
5. O Inventário Preliminar permitiu a proposição dos tópicos relativos ao grupo de problemas do projeto que apaña a Escola em suas características mais gerais.
6. A partir desses tópicos foram selecionados os itens e construído o questionário para ser respondido pelo diretor da escola (QLN-E).
7. Essa forma preliminar do QLN-E está sendo testada, (13/5/57) esperando-se que até 1.º de junho esteja pronta a forma definitiva.
8. O contacto com diretores, nesse teste, está sendo aproveitado para coligir elementos que possibilitem a formulação definitiva do Inventário de Aspectos (I.A.).
9. No mês de julho será aplicado o QLN-E em tôdas as escolas do município de São Paulo (cerca de sessenta),

para em julho ser feita uma primeira análise dos dados coligidos.

10. Partindo do Inventário de Aspectos e dos primeiros elementos fornecidos pela análise da aplicação do QLN-E serão construídos os questionários para professores (QLN-P), para alunos (QLN-A) e para família de alunos (QLN-F).

PROJETO PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA OBSERVAÇÃO DE PROFESSÔRES E ALUNOS

Uma das condições necessárias para se elaborar um programa de reconstrução educacional é o conhecimento do elemento humano ligado à escola.

A orientação que conduz a êsse conhecimento é indicada por Anísio Teixeira ao afirmar que se deveria fazer, do sistema escolar, um aparelho de coleta e registro de fatos a fim de obter uma informação, tão completa quanto possível, do professor e do aluno. Com êste objetivo, planejou-se a elaboração de um conjunto de instrumentos que, constituindo "um sistema de registro de fatos da vida escolar", retrate o professor e o aluno brasileiros. Dentro dessa orientação foram firmadas as linhas gerais de trabalho que se seguem, para posterior elaboração e execução em 1957 (*).

Instrumentos para observação de professôres

Êste instrumento de conhecimento do professor deverá:

1. fornecer dados objetivos sôbre o professor na escola e na sociedade;
2. ser de fácil manipulação tanto na sua aplicação quanto na análise dos dados obtidos;
3. permitir seu uso em larga escala, de modo a abranger o maior número possível de professôres, se não sua totalidade.

Para que se obtenha um instrumento que satisfaça êsses requisitos será necessário elaborar uma ficha de observação

(*) . — A duração será de 12 a 15 meses, dependendo de pessoal e verbas disponíveis.

que, preenchida por observadores treinados, apresente um retrato fiel do professor, quanto à sua atuação profissional e à sua atitude em relação às atividades educacionais, tomadas estas no seu sentido mais amplo.

As inúmeras dificuldades inerentes à técnica de observação direta proposta acima, a qual não permitirá abranger um número elevado de casos, criam a necessidade de elaborar-se, também, um questionário de respostas pré-determinadas, de aplicação fácil em grande escala, capaz de localizar os professôres que constituem casos-problemas para estudo posterior mais acurado.

Instrumentos para observação de alunos

Este instrumento de conhecimento do aluno deverá:

1. registrar comportamento do educando na escola primária;
2. permitir a descrição de aspectos da personalidade do educando.

O objetivo imediato dêste instrumento será o registro e levantamento das formas de comportamento mais freqüentes e a intensidade com que aparecem. Os dados recolhidos permitirão uma análise dos padrões de comportamento característicos dos educandos em diferentes situações escolares e com diferentes características individuais. O instrumento deverá permitir, ainda, a comparação dos comportamentos registrados.

Linhas gerais para orientação do trabalho na sua fase inicial

1. seleção de algumas categorias do comportamento e elaboração teórica das mesmas;
2. coleta de um conjunto de unidades de comportamento e elaboração teórica das mesmas;

3. verificação da pertinência ou não das unidades às categorias selecionadas;
4. atribuição de pesos às unidades como indicativos dos graus que revelam a categoria de comportamento na qual estão incluídas;
5. escolha de um sistema de ponderação das frequências e pesos das unidades, que revelará a intensidade com que aparecem os comportamentos classificados nas categorias;
6. aplicação de recursos que permitam comparar a intensidade dos comportamentos registrados;
7. ordenação dos padrões de comportamento característicos dos educandos, em diferentes situações escolares, com diferentes características individuais, para a elaboração de um quadro de referência;
8. redefinição das categorias partindo dos fatos constatados;
9. elaboração final do instrumento.

A elaboração posterior destes dados permitirá ao C. R. P. E. a construção de um instrumento para conhecimento de alguns aspectos da personalidade do educando.

PROJETO DE ESCALAS DE ESCOLARIDADE

Apresentação — A elaboração de um programa de reconstrução educacional deve ter como um dos pontos de partida fundamentais o conhecimento objetivo do aluno, em nosso meio.

Para obter informações, tão completas quanto possível, sobre a criança na escola é necessário, inicialmente, elaborar instrumentos que forneçam dados precisos sobre diferentes aspectos das atividades do aluno.

Entre êsses aspectos salienta-se o grau de escolaridade, ou seja, o grau de realização dos alunos alcançado através do trabalho escolar durante o ano. Êsse grau de realização depende, além da matéria lecionada, da capacidade e das aptidões do aluno, condicionadas pelas características individuais que são determinadas por fatores hereditários e ambientais.

No atual sistema escolar primário a avaliação do grau de escolaridade é feita, geralmente, segundo um padrão de notas distribuídas de zero a 10 ou a 100, que é base para um critério de aprovação ou reprovação de alunos no ano cursado. As notas são atribuídas segundo o julgamento individual do professor e, por isso, não constituem um critério objetivo.

Êsse sistema de aprovação traz as desvantagens de reprovações sucessivas nas diferentes séries do curso, bem como de reprovações contínuas na mesma série, levando o aluno reprovado a repetir **todo** o programa escolar do ano anterior, sem ser considerado o que **foi aprendido**. Isso poderia ser evitado fornecendo-se ao professor do ano seguinte — por meio duma avaliação objetiva do grau de escolaridade — informações precisas sobre os conhecimentos adquiridos pelos alunos, capazes de orientar o planejamento racional do trabalho docente, permitindo, assim, maior continuidade no ensino. A avaliação do grau de escolaridade pode ser obtida pela construção de esca-

las de escolaridade que, para constituírem um critério objetivo, devem ser padronizadas e adequadas ao nosso meio.

A aplicação sistemática das escalas permitirá, principalmente: a) uma avaliação objetiva do grau de conhecimento adquirido pelo aluno durante o ano escolar; b) um registro cumulativo do que foi aprendido pelo aluno nos diversos anos da escola, fornecendo aos professores informações necessárias para a organização de seus trabalhos docentes; c) a aprovação automática no curso primário — assunto que vem sendo debatido por educadores — conseguindo maior continuidade no ensino e, ao mesmo tempo, atendendo às diferenças individuais de capacidade e aptidões dos alunos.

I — Objetivo — O objetivo deste projeto é elaborar instrumentos que forneçam informações precisas e seguras sobre o grau de conhecimento que o aluno da escola primária tem das diversas matérias lecionadas durante os 4 anos do curso.

Para cada matéria ou conjunto de matérias afins serão construídas escalas de maneira a permitir:

1. avaliar com objetividade o aproveitamento de cada aluno em relação ao de sua classe, e o aproveitamento médio da classe em relação ao da população escolar primária;
2. diagnosticar as dificuldades individuais do aluno em relação a aspectos específicos de cada matéria e em relação ao conjunto de matérias do programa;
3. verificar o progresso de cada aluno durante o ano e durante o curso;
4. verificar a relação entre o que foi aprendido e o que foi ensinado.

II — Amostra — A construção de escalas de escolaridade dentro do objetivo acima definido requer que o material coligido para a elaboração dos itens provenha de uma amostra dos Grupos Escolares da Capital, como também requer que a análise dos itens seja feita a partir de uma aplicação desses numa amostra de alunos das escolas primárias da Capital.

Todavia, considerando as dificuldades para obter, no momento, material de grande número de grupos escolares, e contando com as vantagens apresentadas pelo Grupo Escolar “Alberto Torres” que, além de abranger grande número de alunos, de variadas condições sociais, e provenientes de zonas urbana e rural, permite facilidade de acesso a cadernos de alunos, diários e semanários de professores, e oferece possibilidade de se testar mensalmente os itens, decidiu-se realizar, nessa escola, a elaboração de uma forma preliminar de escalas de escolaridade.

Após a construção dessas escalas, adequadas apenas a população escolar desse Grupo, será realizada a segunda fase do trabalho, estendendo-se o estudo para uma amostra dos grupos escolares da Capital, construída em estágios múltiplos. No primeiro serão selecionados Grupos Escolares, estratificados por bairro; no segundo, classes, e no terceiro, alunos.

III — Elaboração dos itens — A adequação entre o que é ensinado e o que é testado exige, inicialmente, a definição dos objetivos do ensino das diferentes matérias, nos diversos anos do curso primário, e uma análise de cadernos de alunos e dos diários e semanários de professores. Assim, a elaboração dos itens deverá considerar os objetivos definidos, explícita ou implicitamente, nos programas oficiais, e o conteúdo do que é ensinado.

Na primeira fase do trabalho, a elaboração dos itens será baseada na análise de material de ensino, coligido semanalmente no Grupo Escolar “Alberto Torres”, a fim de obter-se, no fim do mês, um conjunto de itens que será aplicado nesse Grupo, sob forma de prova mensal.

Essas aplicações iniciais permitirão verificar a percentagem de acertos e erros apresentados por cada item e sugerir soluções para problemas de tempo de resposta, de compreensão e de apresentação dos itens.

Analizados os itens, eles serão selecionados para a aplicação de provas semestrais e anuais que, após revistas, constituirão as escalas de escolaridade.

Na segunda fase do trabalho, essas escalas serão aplicadas numa amostra da população escolar primária para fins de revisão e, posteriormente, para estabelecer os índices de validade, de precisão e as normas de escolaridade.

IV — Validade e Precisão — Após a elaboração das escalas, estas deverão ser analisadas a fim de se verificar se medem, realmente, o que se propõem medir (validade); e se apresentam os mesmos resultados quando aplicadas em situações semelhantes (precisão).

Como não há uma escala de escolaridade válida, tomar-se-ão como critério as notas obtidas pelos alunos nos exames finais. O coeficiente de validade será estabelecido, correlacionando-se as médias das notas dadas por um grupo de professores com os resultados da aplicação das escalas.

A precisão das escalas será verificada por meio dos processos de “formas paralelas” ou “teste-reteste”. Para este segundo processo o período entre as aplicações deverá ser o de férias escolares, procurando-se, dessa maneira, controlar a influência da aquisição de novos conhecimentos.

V — Padronização — O estabelecimento de normas de escolaridade para a população de alunos do curso primário da Capital será feito em função da matéria constante dos programas oficiais e da matéria lecionada.

ESCALA DE ESCOLARIDADE

(Andamento)

Na execução do projeto acima, foram aplicadas a um total de cêrca de 660 alunos do Grupo Escolar Rural "Alberto Torres", provas de escolaridade correspondentes às matérias lecionadas em março. Esta aplicação foi um primeiro teste das provas, em alguns de seus diversos aspectos: número e formulação das questões, disposição e grau de dificuldade das mesmas.

As questões foram elaboradas em conformidade com o programa oficial e a partir dos Semanários apresentados em março, pelos professôres daquele Grupo Escolar. As provas de Aritmética, Português, Geografia, História e Ciências foram aplicadas nos dias 9, 10, 11 e 12 de abril a 7 classes do 2.º ano, 6 classes do 3.º ano e 5 classes do 4.º ano, num total de 3.132 provas.

Em abril as provas foram corrigidas e, após revisão das correções, duas tabulações foram executadas. A primeira fez-se segundo o número de acertos, erros e omissões para cada questão, visando-se com isto averiguar o grau de dificuldade de cada uma; as respostas cujo julgamento pudesse permitir dúvida foram tabuladas separadamente. A segunda tabulação foi executada segundo a porcentagem de respostas certas das diversas classes, para cada matéria. A seguir, construíram-se gráficos para os resultados de cada classe, em cada prova, e gráficos gerais para os resultados de cada ano, em cada prova.

Na análise dos resultados, as questões foram estudadas segundo seu grau de dificuldade relativa, de forma a permitir substituição das que fossem excessivamente fáceis e ordenação melhor das questões, segundo seus graus de dificuldade.

As provas que apresentaram maior número de problemas foram as de Português e Aritmética para os três anos. Novas

provas para essas matérias foram elaboradas e posteriormente aplicadas nos dias 8, 9 e 10 de maio para corrigir os defeitos revelados pelos resultados das provas anteriores dessas disciplinas.

Os recursos principais para essa correção foram: treinamento dos aplicadores, melhoramento das instruções para os alunos, reformulação de algumas questões, substituição de questões defeituosas e melhor ordenação dos itens, segundo o grau de dificuldade.

Atualmente essas provas estão passando por correção, revisão e tabulação, segundo um novo critério de notas.

No início do mês de junho serão aplicadas provas de Geografia, História e Ciências referentes à matéria lecionada em abril e maio e provas de Aritmética e Português referentes à matéria lecionada em maio.

SUGESTÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PESQUISAS

Com a finalidade de se padronizar e assim possibilitar o julgamento de propostas de pesquisas apresentadas ao Centro sugere-se que seja seguido o seguinte roteiro. Os diferentes tópicos e sua ordem não são rígidos, podendo ser adaptados às necessidades ditadas pelas diferentes situações que se apresentarem desde que se faça a correspondente justificativa.

I — A Situação Problema.

1. Apresentação:

1.1 — situação problema é o ponto central que deverá ou não justificar a realização da pesquisa. A sua apresentação deve ser feita numa linguagem clara e precisa.

1.2 — não basta a proposição de um problema. Convém que as hipóteses a serem submetidas à verificação sejam tornadas explícitas. Se isso fôr impossível, é necessário que o objeto da investigação seja definido com suficiente clareza e precisão. As hipóteses poderão ser apresentadas:

12.1 — como proposição interrogativa e assumir as seguintes formas:

121.1 — uma questão simples;

121.2 — uma série de questões simples;

121.3 — uma questão principal seguida de várias subordinadas.

12.2 — como proposição afirmativa e assumir as seguintes formas:

122.1 — uma declaração simples;

122.2 — uma declaração simples em que se discriminam vários aspectos;

122.3 — uma série de declarações simples;

122.4 — uma declaração principal seguida de várias proposições subordinadas.

12.3 — como uma proposição afirmativa seguida de proposições subordinadas em forma de questões;

12.4 — como uma proposição interrogativa seguida de uma série de declarações subordinadas.

NOTA: Algumas apresentações de problemas abrangem áreas tão amplas que se torna virtualmente impossível planejar os detalhes da investigação e, conseqüentemente, fazer-se uma avaliação da importância da pesquisa. É possível, também, acontecer o contrário, isto é, o problema foi tão estreitamente proposto que se perde o contacto com os aspectos mais gerais que possam interessar. No projeto de uma pesquisa que vai ser submetido a julgamento e decisão sobre a necessidade de sua realização, é preciso que o problema seja apresentado nos seus mínimos detalhes.

2. Os aspectos e implicações da situação problema que serão analisados:

2.1 — análise das hipóteses levantadas e de sua pertinência a partir de:

21.1 — proposições teóricas existentes;

21.2 — análise de pesquisas anteriores;

21.3 — situações concretas de vida.

- 2.2 — descrição dos dados disponíveis:
 - 22.1 — sua localização;
 - 22.2 — agências que os possuem;
 - 22.3 — processos que serão usados na coleta;
 - 22.4 — processos que serão usados no tratamento.
- 2.3 — dados que deverão ser coligidos para uso imediato:
 - 23.1 — apresentação pormenorizada;
 - 23.2 — técnicas a serem empregadas;
 - 23.3 — modo de aplicar as técnicas;
 - 23.4 — processos que serão usados no tratamento.

NOTA: No que se refere aos dados, é necessário ter em vista aqueles que irão ser usados diretamente na análise do problema, distinguindo-se de outros que poderão ter aplicação, seja na exploração posterior de algum aspecto particular do problema, seja em projetos futuros. São modos de aplicar técnicas: a remessa de questionários pelo correio, a procura pessoal do entrevistado (na rua, residência ou local de trabalho), a aplicação de questionários em salas de aula, o processo de registro de entrevistas, etc..

2.4 — demarcação dos limites da pesquisa:

- 24.1 — discutindo as diversas direções que a análise poderá seguir;
- 24.2 — indicando que direção (ões), provavelmente, permitirá (ão) a verificação da (s) hipótese (s).

NOTA: Pede-se esta delimitação para evitar que o investigador perca de vista os objetivos da pesquisa, deixando levar-se pela análise de problemas, não previstos ao projetá-la, e que possam estar fora dos interesses do Centro.

II — Duração, pessoal e orçamento.

1. Duração das várias fases:

- 1.1 — treino dos pesquisadores;
- 1.2 — organização da equipe;

- 1.3 — coleta de dados;
- 1.4 — tratamento dos dados;
- 1.5 — interpretação dos dados;
- 1.6 — redação final.

NOTA: E' necessário calcular de forma tão precisa quanto possível, o tempo necessário à realização das várias fases do projeto, pois a não observância dos limites estabelecidos poderá acarretar a suspensão do financiamento.

2. Pessoal:

- 2.1 — discriminação de todo o pessoal necessário;
- 2.2 — treinamento do pessoal.

NOTA: Se alguns problemas exigem, para o seu tratamento, conhecimento e contacto com áreas de interesse mais gerais, outros exigem o uso de técnicas experimentais, estatísticas, históricas, ou medidas, que requerem um treino especial por parte do investigador. A descrição e discriminação do modo como o problema do treinamento vai ser tratado é de grande importância para a previsão das condições e do local de sua realização.

3. Orçamentos:

- 3.1 — gastos com material;
- 3.2 — gastos com pessoal;
- 3.3 — gastos com a locomoção no campo.

NOTA: E' necessário discriminar êsses gastos com relação a cada fase da pesquisa com o máximo cuidado, pois, o Centro se reserva o direito de suspender o financiamento caso esteja sendo ultrapassado o orçamento apresentado.

III — Significação teórica e prática da pesquisa.

1. A importância da pesquisa proposta no campo teórico.
2. A importância no campo da aplicação e solução de problemas educacionais.

IV — Credenciais do investigador.

1. Cursos realizados.
2. Trabalhos publicados.